

A ASCENSÃO DO MERCADO FORMAL-INDUSTRIAL E DO PIB NO NORDESTE BRASILEIRO

Osmar Faustino de Oliveira¹
José Geraldo Pimentel Neto²
Manoel Raymundo de Carvalho Neto³
Flavio Antonio Miranda de Souza⁴

Resumo: A década de 1990 foi marcada por alguns fenômenos históricos, econômicos e políticos, dos quais se destacam: a Abertura Comercial, a Guerra Fiscal e a Reestruturação Produtiva. O presente trabalho mostra os números do Emprego Formal da Indústria e o Produto Interno Bruto nos estados nordestinos em 2000 e 2010. A pesquisa foi realizada com base nos dados da Relação Anual de informações Sociais (RAIS) disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Informações da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), como também da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). A literatura abordada tomou como referência autores como Pereira (2008), Rezende (2012), Lopes Neto (1998), Britto (2004), Torres (2002), Silveira (2005), Silva (2008), Soares (2007) e Lara (2010), enriqueceram a literatura do trabalho. Os resultados mostraram que os Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará foram os maiores retentores do emprego Formal, quanto na participação do PIB. Conclui-se, que a reestruturação produtiva influenciou os mecanismos de produção, impondo as firmas a buscar competitividade nacional e internacional nos anos 1990.

Palavras chave: Nordeste. Emprego Formal. Indústria.

Abstract: The 1990s were marked by some historical, economic and political phenomena, of which the following stand out: Commercial Openness, Fiscal War and Productive Restructuring. The present study shows the numbers of Formal Industry Employment and Gross Domestic Product in the Northeastern states in 2000 and 2010. The survey was conducted based on data from the Annual Social Information Relation (RAIS) made available by the Ministry of Labor and Employment. Information from the Brazilian Chamber of Construction Industry (CBIC), as well as from the Superintendency of Economic and Social Studies of Bahia (SEI). The literature studied took as reference authors such as Pereira (2008), Rezende (2012), Lopes Neto (1998), Britto (2004), Torres (2002), Silveira (2005), Silva (2010), enriched the work literature. The results showed that the states of Bahia, Pernambuco, and Ceará were the greatest retainers of Formal employment, as in GDP participation. It was concluded that the productive restructuring influenced the production mechanisms, imposing the firms to seek national and international competitiveness in the 1990s.

Keywords: Northeast. Formal Employment. Industry.

¹ Mestre em Desenvolvimento Urbano – mestre em Desenvolvimento Urbano - MDU/UFPE. E-mail: osmarfaustino@yahoo.com.br

² Doutor em Desenvolvimento Urbano – MDU/UFPE, professor titular da FACIMP (Faculdade de Imperatriz). E-mail: jose.neto@facimp.edu.br

³ Mestre em Gestão e Economia da Saúde pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: ppgero6@ufpe.br

⁴ PhD, Oxford Brookes University, professor titular da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: fdesouza67@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A década de 1990 foi marcada por alguns fenômenos históricos, a exemplo da Abertura Comercial, da Guerra Fiscal e da Reestruturação Produtiva. Segundo Pereira (2008), a reestruturação é a fase de metamorfose entre dois modos de regulação o Fordismo e a Acumulação Flexível. Dois modelos de produção envolvendo um processo de transformação nos mecanismos de produção da economia.

O presente trabalho tem como objetivo mostrar o número do Emprego Formal e os Estabelecimentos da Indústria nos estados nordestinos, como também a taxa de crescimento dos mesmos.

Destacar a Reestruturação Produtiva e a Guerra Fiscal que foram grandes incentivadores para a criação de novos métodos de produção e a atração de incentivos fiscais para os estados. Descrever a participação das grandes regiões brasileiras no Valor Adicionado Bruto, e a composição do Produto Interno dos estados nordestinos.

Os dados foram obtidos por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Como também dados da Associação Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e da Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia (SEI). A literatura tomou como referência autores como Pereira (2008), Rezende (2012), Lopes Neto (1998), Britto (2004), Torres (2002), Silveira (2005), Silva (2008), Soares (2007) e Lara (2010).

O trabalho se divide da seguinte maneira; a introdução, uma rápida descrição da reestruturação produtiva, a reestruturação produtiva no Nordeste, conceituando a guerra fiscal, as referências e a metodologia, ilustrações dos resultados, conclusões e as referências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A reestruturação produtiva inicia-se na indústria automobilística nos anos 1980, buscando competitividade, visando concorrer com a indústria mundial. No Brasil esse processo inicia-se nos anos 1980 e ganha maior autonomia nos anos 1990.

Inicialmente, como mostra Pereira (2008), a reestruturação produtiva caracterizou-se pelas novas tecnologias e a disseminação dos Círculos de Controle de Qualidade. Os CCQs no país foram mais uma forma de controle da mão-de-obra e menos um processo de modernização e democratização do espaço fabril.

A década de 1990 caracteriza-se pela inserção do Brasil no processo de mundialização do capital. A abertura comercial ampliou o nível de competitividade da produção brasileira com as empresas internacionais.

Pereira (2008) evidencia três causas fundamentais para o processo de reestruturação produtiva no Brasil que são elas; a necessidade das empresas brasileiras competirem internacionalmente em um comércio mundial altamente agressivo e concorrencial. A necessidade gerada nas empresas nacionais de corresponderem à maior competição nacional e internacional.

No Brasil, a reestruturação produtiva implicou um processo de descentralização produtiva de alguns setores importantes, principalmente os intensivos em trabalho. A descentralização produtiva caracterizou-se muito mais por ser uma realocação industrial do que, em sua essência, descentralização de capitais. Esse fato ocorreu devido ao aumento da concorrência capitalista que se deu com a abertura comercial e a queda das barreiras alfandegárias.

As empresas além de modernizarem-se, com intenso enxugamento funcional, procuraram realocar os novos investimentos, plantas ou mesmo algumas fábricas já existentes, no intuito de absorver as vantagens econômicas e não econômicas, anteriormente desprezíveis, das localidades, nas quais pretendiam se instalar.

Além do mais, estimularam um clima de concorrência entre as localidades visando à obtenção de vantagens artificialmente criadas para elas. Embora a reestruturação produtiva tenha promovido realocações de indústrias no Nordeste brasileiro, Pereira (2008) afirma que os estados dessa região atraíram investimentos privados fruto do movimento do capital, promovido mais pela guerra fiscal, do que pela reestruturação produtiva, ainda que não se possa rejeitar a importância desse processo.

Segundo Rezende (2012), os anos 1990 podem ser identificados como momentos de importantes transformações na política econômica no arcabouço político-institucional e na dinâmica com o desenvolvimento regional no Brasil. O autor, menciona que os anos 1990 foram marcados por uma série de transformações que estão diretamente relacionadas ao processo de globalização e à disseminação e intensificação das ideias neoliberais. Esta nova fase levou a profundas readaptações na estrutura produtiva nacional, com maior valorização do mercado e aumento da competitividade.

O Nordeste beneficiou-se mais com a desconcentração industrial, do que com a reestruturação produtiva. Na qual com esse processo de desconcentração ocorrido em São Paulo e Rio de Janeiro, fez com que as empresas instalassem novas filiais em outras localidades. Com isso, a Região Nordeste atraiu novas empresas para seus municípios, gerando novos empregos, consequentemente criando produção.

O processo de desconcentração industrial, ocorrido nas grandes metrópoles brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente nas regiões metropolitanas desses respectivos estados. Beneficiou outras regiões, como o Nordeste, que ganhou com esse efeito transbordamento. Na qual o Sudeste cresceu de uma maneira significativa, que as empresas precisaram migrar para outras localidades, desenvolvendo-as. (PEREIRA, 2008).

No Nordeste, vários estados receberam investimentos privados, produtos do movimento de capital. Ocasionalmente mais pela guerra fiscal, do que pela reestruturação produtiva.

Posteriormente a década da crise da dívida nos anos 1980, o Estado retirou-se das intervenções diretas, causando intensa privatização de suas propriedades produtivas, reduziu o investimento infraestrutural a níveis de manutenção, ou deixou inutilizar-se tal estrutura e cancelou os subsídios e incentivos ao capital. No entanto, a saída da União provocou uma guerra fiscal entre os estados, com o intuito de gerar fatores atrativos ao capital que se reestruturava e que procurava novos espaços via realocação de plantas e novos investimentos.

A Guerra fiscal pode ser conceituada como a exacerbação de práticas competitivas entre entes de uma mesma federação em busca de investimentos privados. Benesses fiscais atrativas incentivariam a migração de determinados agentes privados, os quais, segundo postulados econômicos clássicos, sempre tendem a buscar o menor custo produtivo e, consequentemente, maior lucro.

Para atrair investimentos aos seus respectivos estados, os governos infranacionais como estados ou municípios, oferecem aos empresários determinados benefícios fiscais, como créditos especiais de ICMS ou empréstimos subsidiados de longo prazo.

No Brasil, existe também a guerra fiscal entre municípios, utilizando-se, na maior parte das vezes, benefícios relativos ao ISS (imposto sobre Serviços).

Apesar de ser bom para o empresário, na prática, a Guerra Fiscal entre os estados provoca distorções na arrecadação do ICMS, pois os estados exportadores, indiretamente, transferem parte do ônus dos incentivos praticados para os estados importadores dos produtos e serviços tributados.

Mas o contribuinte também pode ser vítima desta guerra: o adquirente de bens ou serviços, oriundos de outro estado, quando o remetente usufrui de incentivo fiscal no estado de origem, pode sofrer sanções do seu estado, como, por exemplo, restrições do direito ao crédito do ICMS.

Os estados nordestinos, similarmente aos demais estados da federação, participaram ativamente da guerra fiscal que se estabeleceu nos anos 1990. Algumas unidades da federação foram mais eficientes na promoção de estímulos ao capital e na atração por capitais extrarregionais. (Pereira, 2008, p. 109) afirma que:

As políticas municipais de desenvolvimento industrial acompanharam as estaduais, acentuando a guerra fiscal entre as cidades e as unidades da Federação, utilizando-se do pequeno poder fiscal que lhes cabia. As renúncias fiscais advogadas como “investimentos” por parte das concedentes, deterioraram as condições financeiras, já fragilizadas pelo endividamento, dos estados e municípios. Alguns municípios, principalmente os próximos às grandes regiões metropolitanas, ganharam postos de trabalho, reflexo dos investimentos realizados pelo capital que se realocou.

Estados como a Bahia, Pernambuco e Ceará foram os que mais atraíram dos investimentos produtivos durante a guerra fiscal. Por serem estados que mais participaram da atração dos investimentos produtivos para seus respectivos municípios.

Buscando competitividade, desenvolvimento, investimentos produtivos e a atração de novas empresas para seus municípios. Portanto esses estados formam contemplados com os maiores números de vínculos formais do emprego industrial nordestino.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com base nos dados da Relação Anual de informações Sociais (RAIS) disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Informações coletados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), como também da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

A literatura abordada adotou como referência autores como Pereira 2008, enfatizando a Reestruturação Produtivas na década de 1990, mostrando os seus aspectos no país. Autores como Rezende (2012), Lopes Neto (1998), Britto (2004), Torres (2002), Silveira (2005), Silva (2008), Soares (2007) e Lara (2010), enriqueceram a literatura do trabalho.

O Presente trabalho mostra o Emprego Formal e os Estabelecimentos da Indústria nos estados nordestinos nos últimos anos e a respectiva taxa de crescimento dos mesmos. Como também a participação de cada estado do Nordeste brasileiro no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Mostra também a participação de cada estado nordestino no PIB total do Nordeste.

O estado que mais incrementou o PIB no período analisado foi a Bahia. O trabalho traz a participação dos três setores da economia no Valor Adicionado Bruto nos anos 1995, 2000, 2005 e 2010.

No qual o setor de serviços domina a maior participação, devido ser o setor que mais emprega mão de obra no país. Mas lembrando que, o foco do trabalho é o setor industrial. Que para isso foram pesquisados o Emprego Formal e os Estabelecimentos industriais nos anos 1995, 2000, 2005 e 2010. Para saber o quanto cresceu o número de Empregos Formais, como o de Estabelecimentos, foi preciso calcular a taxa de crescimento do ano de 2010 em relação a 1995. Sendo perceptível que em ambos os casos no Nordeste brasileiro todas as taxas foram positivas.

4. ILUSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

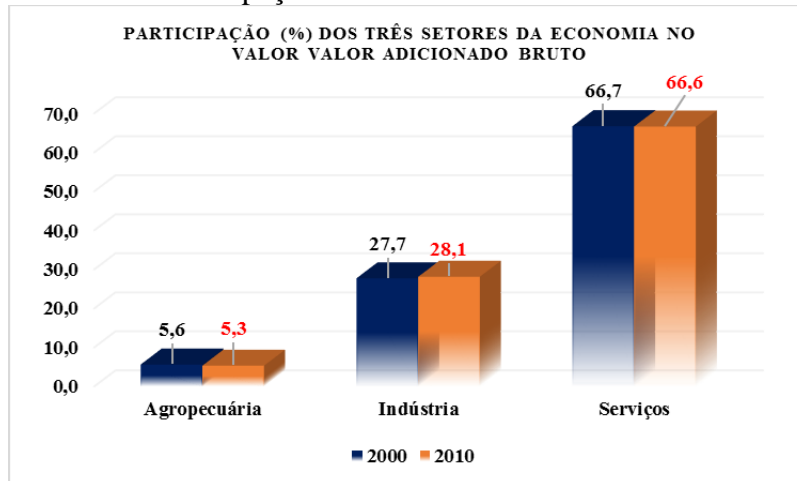
O setor de serviços nos últimos anos ampliou significativamente sua participação no Produto Interno Bruto. Sendo o maior colaborador no Produto Interno Bruto brasileiro. O setor industrial é fundamental para o desenvolvimento do país, pois precisa de conhecimento tecnológico, de universidades capacitadas, de conhecimento tecnológico.

O gráfico 1 esboça a participação dos três setores da economia no Valor Adicionado Bruto nos anos 2000 e 2010. Ficando perceptível que o setor de serviços possui a maior participação no Valor Adicionado Bruto (VAB).

Mas é importante lembrar que o foco do trabalho não é o setor de serviços, mais sim, a indústria que tem uma grande participação no VAB em relação ao setor Agropecuário.

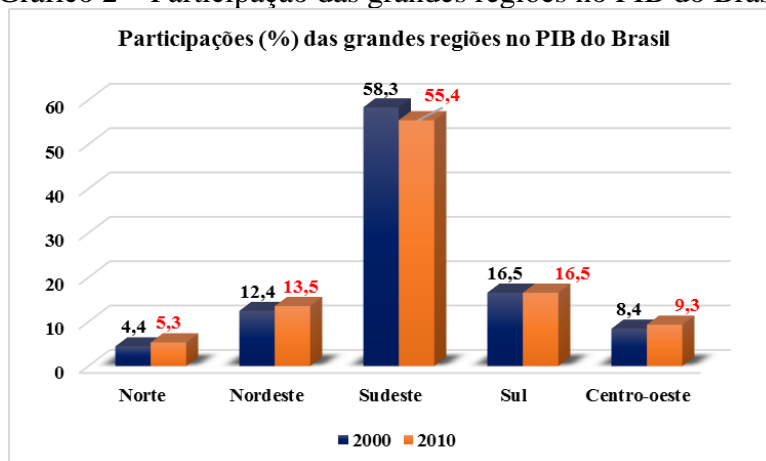
A participação da agropecuária foi muito pequena nos anos pesquisados, como mostra os dados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção. Em 2000 a participação da indústria no VAB era de 27,7%, após dez anos chega a 28,1%, com um crescimento de 0,4%.

Gráfico 1 – Participação dos três setores da economia no VAB.



Fonte: Câmara Brasileira da Indústria da Construção. Elaboração própria.

Gráfico 2 – Participação das grandes regiões no PIB do Brasil



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia. Elaboração própria.

A Região Sudeste por ser bastante industrializada e o centro financeiro do Brasil, tem grandes vantagens em relação às demais regiões do país. As indústrias estão concentradas no Sudeste, pois é nesta região, que se localiza as grandes metrópoles São Paulo e Rio de Janeiro.

O gráfico 2 exhibe a participações das grandes regiões no Produto Interno Bruto total do Brasil. Sendo aparente que a Região Sudeste, possui uma elevada participação no PIB. Isso se deve aos maiores investimentos produtivos nessa região, bem como o elevado grau de concentração das indústrias, ali localizadas, pois, é lá que se concentra as grandes metrópoles do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo, e esta, sendo o coração financeiro do país.

O Sudeste está à frente das demais, devido possuir grandes vantagens econômicas e financeiras. O Sul apresenta uma participação secundária, por ser uma região de forte crescimento econômico.

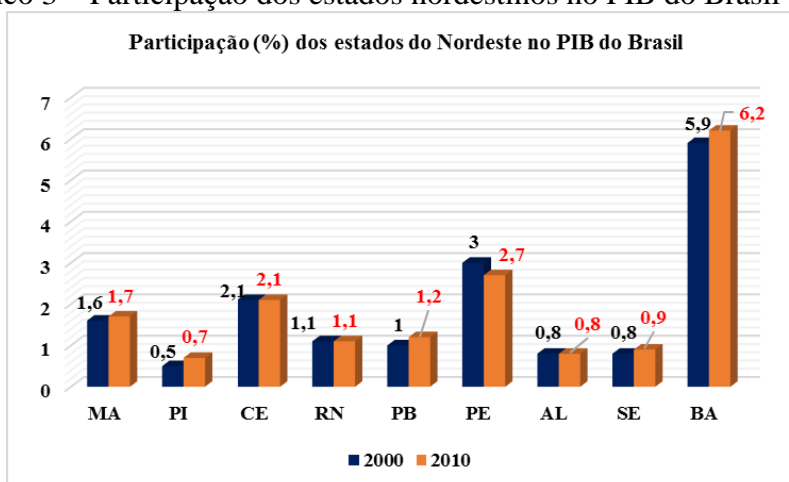
O Nordeste vem em terceiro lugar na participação do PIB, estando na frende do Centro-oeste e da região Norte. Isso é muito importante pois nos últimos anos o Nordeste está se tornando atrativo para as grandes empresas trazerem suas filiais para esta Região.

As empresas consideram economicamente atrativo instalar suas filiais no Nordeste, devido, em parte, à grande mão de obra barata que se encontra nesta localidade.

Vale ressaltar que os estados de Pernambuco, Bahia e Ceará são estados com uma economia fortemente desenvolvidas em relação aos demais estados nordestinos. Pois possuem um elevado grau da concentração industrial. É perceptível observar no gráfico que nos anos estudados, a Região Sudeste vem declinado sua participação no PIB. Isso se deve ao fato da desconcentração industrial.

Isso acontece devido a desconcentração industrial, na qual as empresas do Sudeste estão sendo deslocadas para as outras regiões. O Nordeste, assim como as demais regiões vem se beneficiando com essa realocização, relativa, na qual, vem aumentando sua participação no PIB brasileiro.

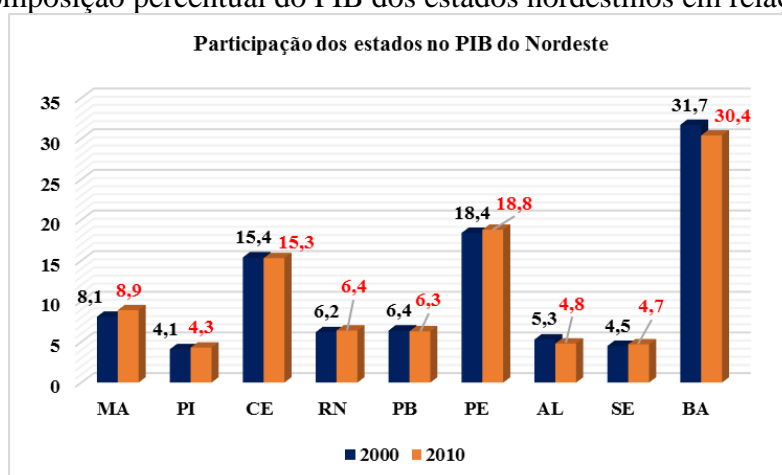
Gráfico 3 – Participação dos estados nordestinos no PIB do Brasil



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia. Elaboração própria.

O Nordeste nos últimos anos, vem reunindo um número maior de empresas. Isso se deve a desconcentração industrial da Região Sudeste, pois é atrativo que as filiais se instalem em outros territórios. Cada estado Nordestino tem sua importância no acréscimo do PIB brasileiro. A Bahia nos últimos anos foi o estado que mais se destacou. Pernambuco e Ceará são grandes economias, e vêm logo em seguida. Possuem uma forte concentração industrial e vem em patamares elevados na participação do PIB. O estado que merece ser destacado é o Maranhão, que, por ser uma economia pequena, mostrou-se um intenso crescimento nos anos analisados.

Gráfico 4 – Composição percentual do PIB dos estados nordestinos em relação ao Nordeste.



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia. Elaboração própria.

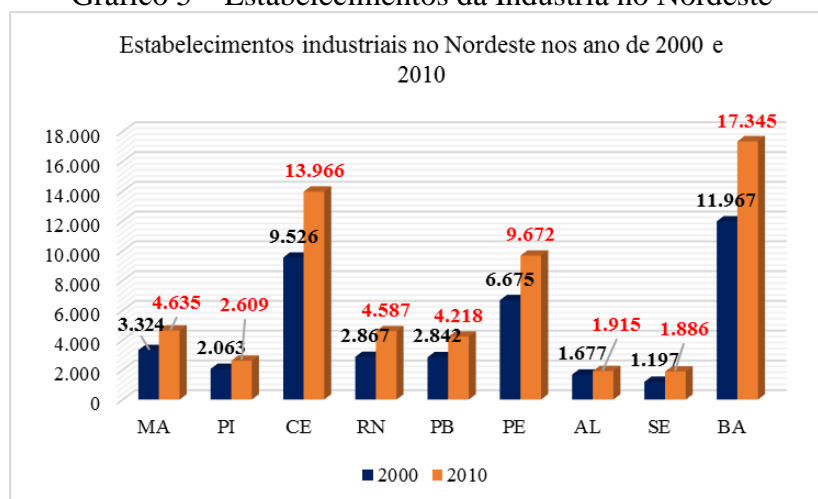
Os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco têm uma intensa economia em desenvolvimento. São estados que durante a Guerra Fiscal foram os que mais atraíram investimentos para atração de novas empresas nos seus respectivos municípios.

O gráfico 4, exhibe o quanto cada estado participa no PIB. A Bahia possuiu o maior PIB em relação aos outros. Isso porque é um estado que nos últimos anos, vem atraindo maiores investimentos privados.

Durante a Guerra Fiscal a Bahia foi um dos três estados que maior aliciou investimentos para seus municípios. Pernambuco tem uma participação subsidiária, durante o período avaliado. É um estado que possui um alto grau de investimentos produtivos.

Ceará vem ocupando o terceiro lugar, de maior percentual do PIB do Nordeste. Nos últimos anos vem com um elevado grau de concentração industrial, vale destacar que o Ceará possui uma forte concentração da Indústria Têxtil e Calçadista.

Gráfico 5 – Estabelecimentos da Indústria no Nordeste



Fonte: GEPETIS/DEPEC – UFRN, a partir dos dados da RAIS/MTE. Elaboração própria.

Os números de empresas do setor industrial, nos estados nordestinos, vêm aumentando nos anos pesquisados. Isso se deve há vários fatores, como por exemplo o processo de desconcentração industrial ocorrida na Região Sudeste.

Na qual empresas localizadas na região metropolitana de São Paulo e Rio de Janeiro, migram para outras localidades. Pois é atrativo se instalarem em outras regiões, devido ao elevado número de mão de obra disponível apta a trabalhar. O Nordeste ganha com o processo de desconcentração industrial, pois surge novas empresas, concentrando um maior desenvolvimento para essas localidades.

Os estados que mais se destacaram no número de empresas dos estabelecimentos industriais foram, a Bahia, Ceará e Pernambuco. São estados que durante os anos 1990, atraíram maiores investimentos produtivos durante a Guerra fiscal. Que nada mais é do que a atração de investimentos fiscais e produtivos para seus respectivos municípios.

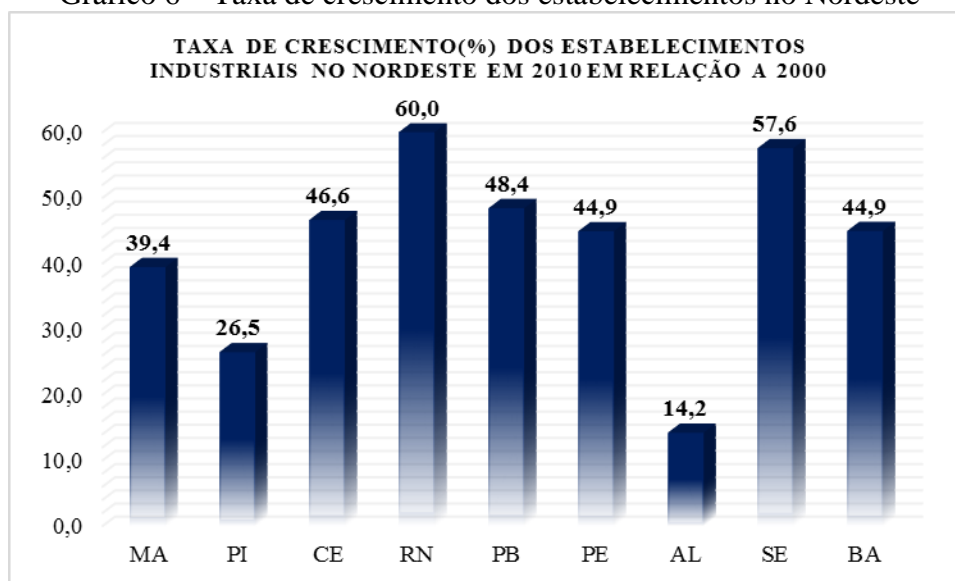
A Bahia no ano de 2000 detinha uma quantidade de 11.967 mil empresas do setor industrial. Ultrapassando para 2010 um número de 17.345 surgindo 5.378 empresas em dez anos. Pernambuco durante a década surge uma quantidade de 2.997 empresas. Ceará em 2000 a 2010 surge 4.440 estabelecimentos industriais. Esses estados foram os que, mais possuíram uma quantidade de empresas nos seus respectivos municípios.

O Rio Grande do Norte merece destaque, pois em 2000 tinha 2.867 empresas, ultrapassando em 2010 para 4.587. Surgindo 1.710 novas firmas para o estado, gerando novos empregos e um maior desenvolvimento para as localidades que as firmas foram instaladas.

O Maranhão é um dos estados que merece ser destacado, pois, em 2000 o número de empresas era de 3.324 e em 2010 esse número sobe para 4.635 estabelecimentos industriais. Nascendo 1.311 novas empresas, atraindo um maior grau de desenvolvimento para o estado.

A Paraíba durante o período pesquisado, surgiu 1.376 estabelecimentos industriais no estado.

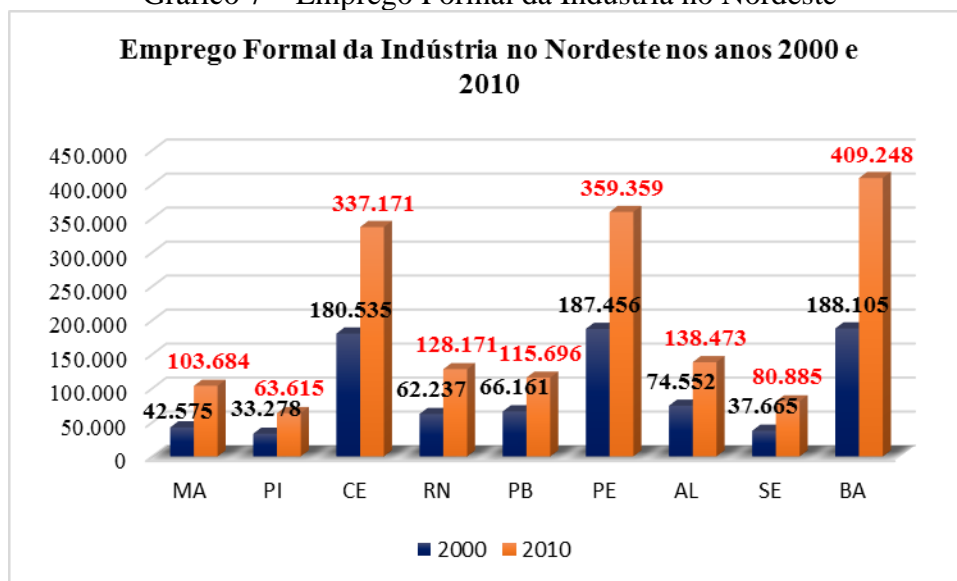
Gráfico 6 – Taxa de crescimento dos estabelecimentos no Nordeste



Fonte: GEPETIS/DEPEC – UFRN, a partir dos dados da RAIS/MTE. Elaboração própria.

No que se refere a taxa de crescimento do número de empresas nos estados nordestinos. É perceptível no gráfico 8 que, o Rio Grande do Norte detém a maior taxa de crescimento dos estabelecimentos com 60,0%. Sergipe em participação secundária com 57,6% do número de empresas. E a Paraíba em terceiro com 48,4%. Lembrando que mesmo que esses estados tiveram um forte crescimento do número de empresas, a Bahia, Ceará e Pernambuco em números absolutos, possuem as maiores quantidades de empresas instaladas. Apesar do Rio Grande do Norte possuir a maior taxa de crescimento do número de firmas. Em número absolutos a Bahia, Pernambuco e Ceará ganham, por serem os maiores detentores dos números de empresas.

Gráfico 7 – Emprego Formal da Indústria no Nordeste



Fonte: GEPETIS/DEPEC – UFRN, a partir dos dados da RAIS/MTE. Elaboração própria.

O número de vínculos empregatícios do setor industrial nos últimos anos, vem ganhando alto nível de extensão no Nordeste brasileiro. Devido ao grande número de empresas, que estão sendo instaladas no Nordeste. A desconcentração industrial ocorrida na Região Sudeste é um dos fatores que contribuíram para tal acontecimento. (PEREIRA, 2008).

A Guerra Fiscal, a Reestruturação Produtiva, também podem ser mencionados, como um dos fatores, que contribuíram para tais acontecimentos. O estado da Bahia foi o maior titular do número de empregos formais, ou seja, o emprego protegido pelas leis trabalhistas, aquele com carteira assinada.

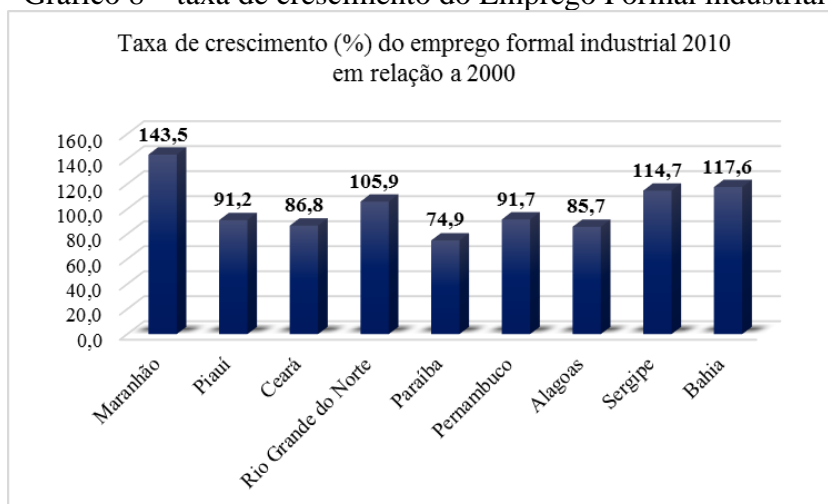
Em 2000 os números de vínculos formais eram de 188.105 trabalhadores empregados até 31 de dezembro daquele ano. Já em 2010 esse número cresce para 409.248 trabalhadores formais. Surgindo 221.143 novos empregos com carteira, gerando uma maior empregabilidade para a população deste estado.

Pernambuco é o segundo a possuir um dos maiores números de vínculos empregatícios no Nordeste. Na qual surge 171.903 empregos formais no setor industrial. Gerando maiores oportunidades para a população, conseqüentemente uma melhoria na qualidade de vida.

O Ceará nos anos pesquisados, ocupou a terceira posição na quantidade de novos empregos formais, na qual surgiram durante dez anos, uma quantidade de 156.636 novos empregos. O estado do Ceará possui uma forte concentração dos setores industriais calçadista e têxtil.

O Rio Grande do Norte teve uma participação significativa, na qual continha 62.237 e 128.171 empregos com carteira assinada no setor da indústria em 2000 e 2010 respectivamente. Na qual o estado apresentou 65.934 mil novos empregos. O estado do Maranhão merece destaque na quantidade de novos vínculos formais do setor industrial, pois surge 61.109 empregos.

Gráfico 8 – taxa de crescimento do Emprego Formal industrial



Fonte: GEPETIS/DEPEC – UFRN, a partir dos dados da RAIS/MTE. Elaboração própria.

. No que se refere, a taxa de crescimento dos números dos vínculos formais do setor da indústria no Nordeste. O Maranhão vem em primeiro lugar, com uma taxa de 143,5%, com uma participação secundária a Bahia com 117,6%, logo em seguida Sergipe com 114,7%. O Rio Grande do Norte em quarto lugar com 105,9%. Maranhão em 2000 continha 42.575 vínculos, na qual em 2010 chega a 103.684 empregos. Mesmo o estado do Maranhão possuindo a maior taxa de crescimento, vale destacar que os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, são os maiores em números absolutos de empregos formais. Devido serem economia grandes, que durante a Guerra Fiscal foram os maiores a atraírem empresas para seus municípios.

5. CONCLUSÕES

Conclui-se que, a reestruturação produtiva foi dos fatores dos anos 1990, influenciando os mecanismos de produção, impondo as firmas a buscar competitividade nacional e internacional. Uma fase de busca de novas tecnologias, novos métodos de produção, organização e qualificação da mão-de-obra. Os estados nordestinos participaram ativamente da guerra fiscal, uns mais do que outros.

O emprego formal na indústria no Nordeste foi maior nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco. Esses estados se destacam em relação aos demais na quantidade de empregos formais e de estabelecimentos por possuírem um elevado grau de concentração da Indústria.

Os demais estados destacaram-se no crescimento do emprego formal como o Rio Grande do Norte, Paraíba e Maranhão, porém são economias pequenas, se comparados aos três mencionados. Alagoas e Sergipe e Piauí tiveram uma taxa razoável do crescimento do emprego formal no período estudado.

A Bahia apresentou a maior contribuição no Produto Interno Bruto brasileiro, como também a participação no PIB do Nordeste, sendo o maior cooperador. O setor industrial no Nordeste brasileiro nos últimos anos vem expandindo o estoque de trabalhadores formais. Isso é de grande importância para o desenvolvimento do Nordeste, pois gera um maior poder de compra da classe trabalhadora, maior qualidade de vida dessa sociedade, como também traz um bem-estar social para as famílias mais carentes, pois a oferta desses empregos vem somando uma maior contratação da mão-de-obra.

A região Nordeste, ganhou com o processo de desconcentração industrial, ocorrida nos anos 1990. As empresas migram para outras localidades, com o objetivo de expandir ainda mais seus capitais. Com isso, gera um benefício maior para outras regiões. No Nordeste isso foi de

grande importância, pois gerou novos empregos para a população, conseqüentemente uma melhor qualidade de vida.

Os estados Nordestinos que mais se destacaram no aumento do número de empresas e conseqüentemente, o número de vínculos formais no setor secundário da economia, foi a Bahia. Esse estado durante o período da Guerra Fiscal, foi o estado que mais atraiu empresas para seus municípios. Sendo o maior a contribuir com o PIB brasileiro.

Pernambuco e Ceará chegaram em patamares elevados, no crescimento do número de estabelecimentos industriais e empregos formais no ramo da indústria. Maranhão mereceu destaque, pois incrementou um forte crescimento de novas empresas e vínculos formais.

Portanto o referente trabalho, abordou a participação dos três setores da economia no Valor adicionado bruto. Como também a participação das grandes regiões brasileiras no PIB do Brasil. Mostrou a quantidade de empresas e de vínculos formais, que surgiram no Nordeste, durante o período pesquisado.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Brasília – DF; MTE.

BRITTO, Jorge. Arranjos Produtivos Locais; Perfil das Concentrações de Atividades Econômicas no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004

Câmara Brasileira da Indústria da Construção. Disponível em: <http://www.cbic.org.br/>

LARA, Fernando Maccari. Notas sobre medidas de concentração e especialização: um exercício preliminar para o emprego no Rio Grande do Sul. Secretaria do Planejamento e gestão, Fundação de Economia e Estatística, Porto alegre, outubro 2010.

OLIVEIRA, Osmar Faustino. A Reestruturação Produtiva e o Emprego Formal da Indústria no Nordeste na década de 1990. Artigo apresentado no XIX Seminário de Pesquisa do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Natal , 2014.

PEREIRA, William E. N. Reestruturação do Setor Industrial e Transformação do Espaço Urbano de Campina Grande – PB a partir dos anos 1990. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. CCHLA. UFRN, 2008.

REZENDE, Autenir C. Clusterização e Localização da Indústria de Transformação no Brasil entre 1994 e 2009. Encontro Regional de Economia. Fortaleza. 2012.

SILVA, Marconi Gomes da. Mercado de trabalho, ocupações e rendimentos: a Região Metropolitana de Natal na década de 1990. Natal: UFRN, 2008. 293 p. Tese [doutorado em Ciências Sociais da UFRN]

SILVEIRA, Raul. Concentração Industrial Regional, Especialização Geográfica e Geografia Econômica: Evidências para o Brasil no período 1950 2000. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, 2005.

SOARES, Francisco de Assis. Interiorização e Reestruturação da Indústria do Ceará no Final do Século XX. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, 2007.